



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ- UESPI  
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL - UAB  
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA-  
NEAD CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM  
HISTÓRIA**



**FRANCIMÁRIA DAMASCENO OLIVEIRA  
THAÍS DA SILVA DE MELO LEITÃO**

**ASSENTAMENTO JOSUÉ DE CASTRO: MUDANÇAS E CONQUISTAS  
DE 2001 AOS DIAS ATUAIS**

**BURITI DOS LOPES-PI**

**2019**

**FRANCIMÁRIA DAMASCENO OLIVEIRA  
THAIS DA SILVA DE MELO LEITÃO**

**ASSENTAMENTO JOSUÉ DE CASTRO: MUDANÇAS E CONQUISTAS  
DE 2001 AOS DIAS ATUAIS**

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de graduada em Licenciatura Plena em História, pela Universidade Estadual do Piauí - UESPI, sob orientação da professora Esp. Maria das Dores de Medeiros Andrade.

**BURITI DOS LOPES-PI  
2019**

**FRANCIMÁRIA DAMASCENO OLIVEIRA  
THAIS DA SILVA DE MELO LEITÃO**

**ASSENTAMENTO JOSUÉ DE CASTRO: MUDANÇAS E CONQUISTAS  
DE 2001 AOS DIAS ATUAIS**

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de graduada em Licenciatura Plena em História, pela Universidade Estadual do Piauí - UESPI, sob orientação da professora Esp. Maria das Dores de Medeiros Andrade.

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

---

---

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente a Deus, que foi nossa maior fonte de força nos momentos de angústia e desespero. Sem ele, nada disso seria possível. Obrigada, Senhor por ter derramado sobre nós suas bênçãos e por ter nos proporcionado tantas vitórias, incluindo a realização deste trabalho.

Agradecemos aos nossos pais, pois eles proporcionaram a melhor educação e lutaram para que nós estivéssemos concluindo mais essa etapa das nossas vidas. Sabemos o quanto vocês se doaram para a realização desse nosso sonho. Aos nossos amados filhos, irmãos, sobrinhos, tios, avós e primos que entenderam nossas ausências e acompanharam a nossa total dedicação ao curso e torceram por nós. Somos gratas aos nossos marido e namorado Rubens e Renê, que nos apoiaram em todos os momentos e souberam compreender o quando nós não podíamos estar presentes e mesmo assim nos deram forças para vencermos mais essa etapa em nossas vidas. Obrigado aos nossos queridos amigos que não nos permitiram desistir. Esse TCC também é de todos vocês!

Agradecemos a todos os mestres do curso de Licenciatura Plena em História do NEAD/UESPI, nas pessoas dos professores: Golbery Gregório da Silva Lima, Débora Silva Viana e Mariano Sérgio Pereira da Silva, que compartilharam seus conhecimentos em sala de aula e acompanharam a nossa jornada enquanto universitárias.

Somos gratas especialmente a nossa professora Maria das Dores de Medeiros Andrade que foi nossa orientadora o nosso muito obrigada pela paciência que dedicou a nós para ler cada rabisco que acabou por originar este trabalho, agradecemos por nos aceitar guiá-los nesta pesquisa, pela generosidade e por cada um dos seus ensinamentos.

Por fim agradecemos de forma especial a todos aqueles que nos cederam entrevistas, fontes e informações a respeito da temática desse trabalho. Essas pessoas merecem aplausos, pois nos ajudaram a construir cada capítulo, mas principalmente, pelas histórias de vida que construíram, pois se tornaram importantes para compreender a história de nossa comunidade.

## RESUMO

A difícil situação fundiária no Brasil iniciou com a criação das sesmarias. Ou seja, a desigualdade social no Brasil tem raízes históricas, por conta disso a disputa pela terra ainda é muito frequente nos dias de hoje. Sabendo que nossa história é permeada de várias contradições e discrepâncias na distribuição de terra e renda este trabalho tem como objetivo geral: Registrar a história e memória do assentamento Josué de Castro desde sua fundação em 2001 aos dias atuais. E como objetivos específicos: estabelecer uma relação de pertencimento entre os movimentos sociais de luta pela terra no Brasil e no Piauí através da conquista dos assentados de Josué de Castro em Buriti dos Lopes; Comparar a narrativa da história dos assentados sobre a luta e conquista da terra a uma literatura existente sobre história e memória de conquistas sociais; estabelecer a evolução da conquista social após a concretização da posse da terra pelos assentados. Trabalharemos como uma pesquisa qualitativa, exploratória com coleta de dados através de entrevista semiestruturada. Fundamentada em autores como: Andrade (2002), Fernandes (2018), Freyre (2005), Marx (1997) além de outros autores afins.

**PALAVRAS-CHAVE:** Assentamentos. Josué de Castro. Memória.

## **ABSTRACT**

The difficult land situation in Brazil began with the creation of the sesmarias. That is, social inequality in Brazil has historical roots because of this the dispute for the land is still very common these days. Knowing that our history is permeated by various contradictions and discrepancies in the distribution of land and income, this work has a general objective: To record the history and memory of the Josué de Castro settlement from its founding in 2001 to the present day. And as specific objectives: to establish a relation of belonging between the social movements of struggle for land in Brazil and in Piauí through the conquest of the settlers of Josué de Castro in Buriti dos Lopes; To compare the narrative of the history of the settlers on the struggle and conquest of the earth to an existing literature on history and memory of social conquests; to establish the evolution of the social conquest after the concretization of land tenure by the settlers. We will work as a qualitative, exploratory research with collection through semi-structured research. Based on authors such as Andrade (2002), Fernandes (2018), Freyre (2005), Marx (1997) and other related authors.

**KEYWORDS:** Settlements. Josué de Castro. Memory.

## **LISTA DE SIGLAS**

CPT - Comissão Pastoral da Terra

FETAG - Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MST - Movimento Sem Terra

CUT - Central Única dos Trabalhadores

PT - Partido dos Trabalhadores

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 .....	17
-----------------	----



## LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 .....	21
Imagem 2 .....	22

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>1. A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL A EXPANSÃO DO MOVIMENTO SEM TERRA.....</b>	<b>14</b>
1.1 O surgimento do Movimento Sem Terra – MST .....	15
1.2 Assentamentos do Brasil: História e Memória .....	18
1.3 A chegada do MST ao Piauí: assentamentos, espaços de vida e esperança.....	19
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>2. HISTÓRIA E MEMÓRIA: CONSTRUINDO CONCEITOS.....</b>	<b>22</b>
2.1 História, memória e oralidade .....	24
2.2 História e discurso .....	25
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>3. ASSENTAMENTO JOSUÉ DE CASTRO: RELATOS ORAIS DE UMA MEMÓRIA VIVA.....</b>	<b>27</b>
3.1 Quem foi Josué de Castro .....	27
3.2 Assentamento Josué de Castro lugar de memória através de fontes orais .....	28
3.2.1 Relato de Luís.....	28
3.2.2 Relato de Jorge .....	30
3.2.3 Relato de Verônica .....	31
3.2.4 Relato de Pedro .....	33
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>35</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>37</b>

## INTRODUÇÃO

A desigualdade social no Brasil tem raízes históricas, por conta disso a disputa pela terra ainda é muito frequente hoje. As poucas políticas públicas voltadas para a distribuição de terras no país ainda são ineficazes. Essa desigualdade de distribuição de terra e renda tem origem na colonização quando se estabeleceu as sesmarias durante o século XVI. As sesmarias foram grandes lotes de terras doados pela coroa portuguesa a alguns ricos proprietários de terras portugueses, com a intenção de tirar de si o ônus sobre a colonização de uma extensa faixa territorial que hoje é o Brasil.

Sabendo que nossa história é permeada de várias contradições e discrepâncias na distribuição de terra e renda este trabalho tem objetivo geral: Registrar a história e memória do assentamento Josué de Castro desde sua fundação em 2001 aos dias atuais. E como objetivos específicos: estabelecer uma relação de pertencimento entre os movimentos sociais de luta pela terra no Brasil e no Piauí através da conquista dos assentados de Josué de Castro em Buriti dos Lopes; Comparar a narrativa da história dos assentados sobre a luta e conquista da terra à uma literatura existente sobre história e memória de conquistas sociais; estabelecer a evolução da conquista social após a concretização da posse da terra pelos assentados.

De acordo com Souza (2012) “Os movimentos sociais têm como uma de suas principais características a luta por reivindicações que tragam melhorias à vida dos trabalhadores, a fim de gerar novas alternativas e rupturas sociais”. (SOUZA, 2012, p.03). Infelizmente grande parte dessas conquistas geradas por meio dessas novas alternativas e rupturas não estão em registros documentadas fazendo neste caso, uso do recurso da narrativa da história oral. Tornando-se importante registrá-las. A história do assentamento Josué de Castro também é a história dos movimentos sociais em busca da distribuição igualitária de terra.

Este trabalho identificou-se com uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório, com levantamento teórico-bibliográfico acerca da literatura existente sobre movimentos sociais, distribuição de terra e renda, história e memória e entrevista semiestruturada com quatro moradores do assentamento, preferencialmente aqueles que participaram do processo de luta e conquista, visando coletar os comportamentos, sentimentos e pensamentos através da memória. Pois, segundo Rodrigues (1981)

[...] a memória é depósito de dados, naturalmente estática, pois configura um princípio de conservação, uma simples reprodução dos sucessos anteriores existentes na vida animal superior; a Tradição é o respeito à continuidade dos hábitos, costumes e ideias, é também estática e contém contra si muitos aspectos negativos, ao lado de alguns positivos; só a história é a análise crítica, dinâmica, dialética, julgadora do processo de mudanças e desenvolvimento da sociedade (RODRIGUES, 1981, p.48).

Serão explorados autores como Andrade (2002) que trabalha com a significação do movimento sem terra, Fernandes (2008) que faz um levantamento sobre a história do Movimento Sem Terra, Freyre (2005), que trabalha com estruturas de poder no Brasil, Marx (1997) autor que trabalha com estrutura de poder na sociedade e luta de classes, Pollak (1989) que categoriza a importância da memória dentro da História, além de outros autores afins.

Esse trabalho é constituído de três capítulos:

No primeiro capítulo falaremos sobre a luta pela terra do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e sua expansão no território brasileiro. Pois, conforme Medeiros (2009) os movimentos sociais tem grande contribuição na ocupação e criação de diversos assentamentos rurais no Brasil. A identificação que as lutas carregam consigo, ideias coletivas de grupos que cansados de serem oprimidos lutam não somente pela terra, mas também pela educação e por melhorias na qualidade de vida.

O segundo capítulo fez uma abordagem sobre a construção do conceito de Memória e sua importância para a História. A memória coletiva e individual para a formação de um discurso identitário. Conceitos fundamentais para a construção e valorização das fontes pesquisadas para desenvolver a história do Assentamento Josué de Castro. Fundamentados em Pollak e Halbwachs.

No terceiro capítulo, trabalhou a conquista, o processo de invasão e apropriação das terras no ano de 2001, no Assentamento Josué de Castro. Nesse sentido, a oralidade será uma fonte usada para relatar as experiências vivenciadas por moradores que participaram desse acontecimento através de entrevistas e análise qualitativa das respostas. Também abordaremos as consequências da ocupação para a vida dos moradores.

Como se sabe, a história oral tende a relacionar-se inteiramente com a memória, por fazer parte das vivências no ambiente sociocultural. Destacando-se assim, como uma fonte proveitosa em relação às experiências de pessoas que participam ativamente de uma luta por direitos igualitários.

Todavia, a memória é um vivido no eterno presente bem atual. Enquadrar a memória implica fornecer um quadro de referências e de pontos de referências de modo que as recordações sobre o passado não coloquem em risco a “coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade” (POLLAK, 1989, p.9). Por isso, o historiador precisa investigar bem suas fontes uma vez que a memória é relativa, de certa forma ela molda determinadas informações, e maquia outras.

Assim, a pesquisa tende a problematizar o processo da constituição do Assentamento Josué de Castro, antes denominado “Tinguis” por meio da fala das pessoas participantes desse acontecimento histórico local. Trazendo os momentos vivenciados por esses assentados, pois não foi uma luta fácil para conquistar esse espaço de terra que hoje residem e trabalham. Foram anos de lutas, participações em várias reuniões, decisões tomadas pela maioria em prol de um bem comum. Acontecimentos esses, que antecedem o ano de 2001.

## CAPITULO I

### 1. A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL E A EXPANSÃO DO MOVIMENTO SEM TERRA

Não dá para falar de assentamentos, sem antes apresentar um marco das lutas e resistências por meio de movimentos sociais que começaram ainda no processo de colonização do nosso país. O Brasil abrange um extenso território, o qual, grande parte da zona rural está concentrada nas mãos de latifundiários.

A concentração da posse da terra no Brasil tem suas origens na época do descobrimento. As intervenções do governo, fruto da execução de diversas políticas fundiárias e agrárias, não têm sido eficazes para alterar significativa e globalmente a estrutura da posse da terra. (SPAROVEK, 2007, p. 5).

A problemática da concentração fundiária brasileira não é um fenômeno atual, mas remota ao período em que os portugueses iniciaram a ocupação das terras, a partir do século XVI, com vistas à expansão do capitalismo mercantil, a fim de abastecerem o mercado europeu com produtos primários. Iniciou com as sesmarias através da concessão de terras para pessoas que já tinham posses. Instalando a partir daí o sistema latifundiário.

Dessa forma a ocupação do Brasil pelos portugueses estabeleceu raízes de desigualdade social que atinge todo seu território até os dias de hoje. E, justamente essas questões referentes ao uso da terra e sua distribuição contribuíram para diferentes interpretações no âmbito do conhecimento histórico ou história agrária. Formou-se na América tropical uma sociedade agrária na estrutura. Escravocrata na técnica de exploração econômica, híbrida de índio e mais tarde de negro na composição. (FREYRE, 1933, p.65)

A Lei de Terras, por exemplo, sancionada por D. Pedro II em setembro de 1850 determinou parâmetros e normas sobre posse, uso e manutenção das terras no Segundo Reinado. Essas leis estabeleciam em outras palavras, a dificuldade da compra ou posse de terras por pessoas pobres. Favorecendo assim os grandes proprietários rurais que passavam a ser os únicos donos dos meios de produção agrícola, isto é, da terra.

Após setembro de 1850, os que estivessem na posse de terras não legitimada antes da lei, ou que não viessem a ser compradas ao governo corriam o risco de expulsão mediante ação dos “verdadeiros” proprietários, isto é, os possuidores do título de compra. A terra tornou-se acessível apenas ao possuidor de dinheiro. Generalizou-se, assim, o capital como medidor na aquisição da propriedade territorial. (MARTINS, 1979, p. 122,).

Posseiros, trabalhadores livres, escravos libertos, imigrantes pobres eram classes que estavam cada vez mais distantes da aquisição legal da terra. Consolidando o poder e a riqueza de muitos fazendeiros que ampliavam seus latifúndios até mesmo por via ilegal e violência. Porém, só essa lei não foi suficiente e muitas terras continuaram sendo ocupadas de forma ilegal.

Na república a questão agrária fez surgir conflitos sociais. Por exemplo, temos as guerras de Canudos e Contestado. As quais a roupagem principal é a desigualdade social e concentração fundiária. Posteriormente, já na década de 1960 surge o Estatuto da Terra que pretendia que o Estado desse a posse da terra aos trabalhadores rurais que nela viviam e trabalhavam. Porém, esse estatuto tornou-se apenas uma solução momentânea para as lutas sociais que se davam no campo, durante o período militar.

Porque, na verdade, o Estatuto da Terra não foi feito para concretizar o sonho dos trabalhadores rurais. Foi feito para reprimir as lutas pela terra que vinha crescendo desde o fim da segunda guerra mundial, para evitar que uma vitória dos trabalhadores contra os grandes proprietários destruísse a aliança que, desde a proclamação da República, é a base do estado brasileiro e do poder político no Brasil: a aliança entre os grandes capitalistas e proprietários. (MARTINS, 1979, p. 149.).

Tornando-se mais uma lei ineficaz. A tão sonhada reforma agrária e o desenvolvimento da agricultura no país não saiu do papel. Pois atendia muito mais aos interesses dos grandes proprietários do que necessariamente à distribuição de terras de fato.

### **1.1 O surgimento do Movimento Sem Terra - MST**

No Brasil a propriedade da terra está concentrada nas mãos de poucos, fato que caracteriza um dos mais altos índices de desigualdades na posse da terra em todo o mundo. Cerca de 1% dos proprietários detém em torno de 46% de todas as

terras. A forma como se utiliza a terra não representa os interesses da sociedade como um todo.

Dos aproximadamente 400 milhões de hectares titulados como propriedade privada, apenas 60 milhões são cultivados como lavoura. Segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA existem no Brasil 100 milhões de hectares de terras ociosas, localizada nas grandes propriedades.

A elevada concentração da propriedade da terra no Brasil é um dos principais fatores responsável pela expulsão da população rural. Isso decorre da dificuldade de acesso ao principal meio de produção agrícola que é a terra não encontrando alternativas de sobrevivência e desenvolvimento no campo, resta a opção de migrar para as cidades. A geração de empregos no meio rural pode contribuir decisivamente para a redução desse deslocamento populacional, ao mesmo tempo em que pode fortalecer as pequenas cidades próximas aos assentamentos, através da dinamização de suas atividades econômicas. (SPAROVEK, 2007, p.24).

Nesse contexto de grande concentração e exclusão no cenário nacional se inicia as lutas sociais. As primeiras lutas sociais pela terra nos estados formam os primeiros momentos do MST. O MST consolidou-se como movimento ativista político e social em 1984, em Cascavel, no Paraná. Era período de reabertura política. Comissões de sem terra foram compostas nas comunidades e municípios com o objetivo de fortalecer a luta.

A partir de então, foram formuladas políticas que viabilizam o desenvolvimento dos assentamentos rurais no país, como a implantação de sindicatos de trabalhadores rurais exigindo ações e políticas públicas que viabilizassem não só a terra, mas também a manutenção e sobrevivência das famílias. O estabelecimento de um assentamento rural gera a expectativa de que este se torne social e economicamente viável, de modo a proporcionar às famílias assentadas melhoria nas condições de vida e reprodução.

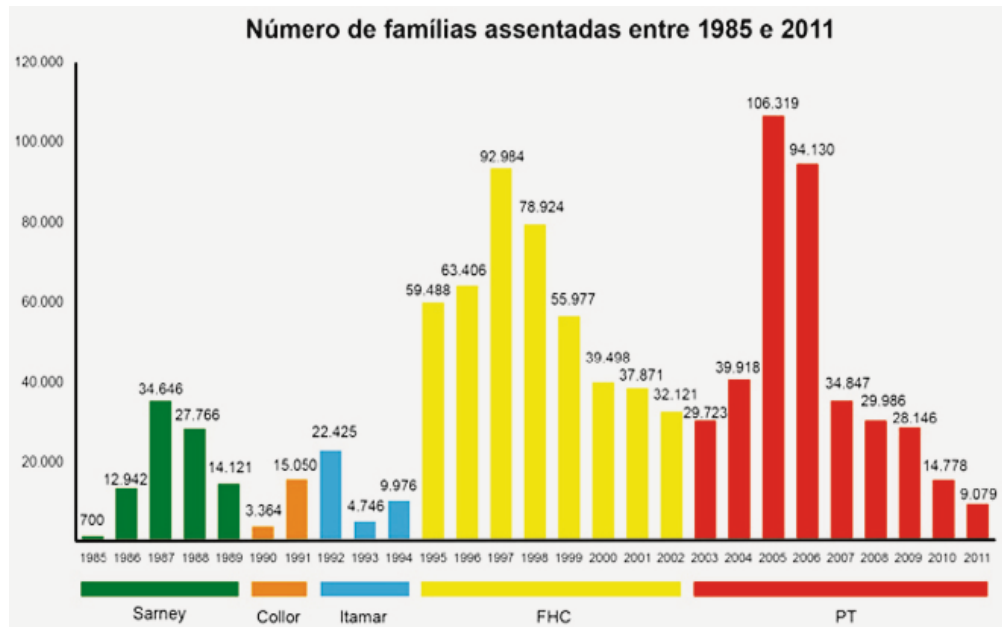
O denominado Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e também conhecido como movimento camponês. Na década de 1990, ocorreu a multiplicação dos movimentos camponeses em luta pela terra, ampliando a conflitualidade e a criação de assentamentos rurais, tendo o MST à frente desse processo. (FERNANDES, 2008, p.75).

É importante destacar que desde o princípio o MST manteve autonomia nas relações com as instituições que contribuíram para a sua formação, como a



Comissão pastoral da Terra (CPT), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores (PT).

O **gráfico 1**, abaixo demonstra o número de famílias assentadas entre os anos de 1985 e 2011.



**Gráfico 1:** Número de famílias assentadas no Brasil entre 1985 e 2011.

**Fonte:** Dataluta/Unesp, 2013.

O MST ganha repercussão Brasil adentro, e torna-se uma luta conjunta, isto é, coletiva em prol da terra que promove a subsistência, pois por meio dela todos os bens produzidos promovem sua existência.

Como já dizia Karl Marx em seu livro *MARX VIDA E PENSAMENTOS*: “A mudança econômica é o motor da História”, que se justifica pelo seguinte pensamento:

A história de toda, sociedade até hoje é a história de lutas de classes. Homem livre e escravo, patricio e plebeu, barão e servo, mestres e companheiros numa palavra, opressores e oprimidos, sempre estiveram em constante oposição uns aos outros, envolvidos numa luta ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, que terminou sempre ou com uma transformação revolucionária de toda a sociedade, ou com o declínio comum das classes em luta. (MARX, 1997, p.44).

Assim, na concepção do autor a sociedade vai se dividindo em dois grupos inimigos, onde o poder político do Estado nada mais é do que a burguesia administrando interesses do proletário, este último o autor o denomina como uma

classe verdadeiramente revolucionária. Pois o movimento proletário é um movimento independente da maioria e no interesse dos mesmos. Para ele a solução era cada país acabar com sua própria burguesia.

Uma das características dos movimentos camponeses como o MST, por exemplo, é o rompimento com relações de dependências com partidos e outras instituições [...] (FERNANDES, 2008, p.76). Tendo como parceria o INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária que entre outras demandas visa reduzir a violência na distribuição de terras evitando possíveis conflitos no decorrer das disputas em virtude da posse.

O INCRA se faz de extrema importância por promover a reforma agrária, dando sustentação para os assentamentos e assentados possibilitando as mesmas boas condições reais como: educação, saúde, lazer, cultura. Dentre outros papéis o INCRA entra como uma intervenção da paz, agindo dentro da lei, para o bem dos envolvidos no movimento Sem-terra.

O INCRA, autarquia Federal criada pelo Decreto-lei nº 1.110, de 09 de julho de 1970, alterado pela Lei nº 7.231, de 23 de outubro de 1984, com sede no palácio do Desenvolvimento, SNB em Brasília - DF. Tem sido um dos órgãos mais participantes no que concernem as transformações na reforma agrária do Brasil.

A relação entre INCRA e MST se dá por meio de uma política de Reforma agrária baseada na democracia participativa entre militantes do MST, INCRA, assentados e o dono da terra. Pois a terra não é tomada especificamente, ela é comprada por meio de documentos autenticados em cartório e na frente de testemunhas. Não é a mera posse ilegal de terras.

Como ainda hoje há uma falsa interpretação de como se dá o processo de ocupação de uma terra até ela vir a se tornar um assentamento. As famílias do meio rural passam a receber moradia e assistência, mas esta realidade ainda está longe de ser adequada e igualitária. A terra ganha uma função social e as famílias assentadas ganham instrumentos de sobrevivência.

## **1.2 Assentamentos do Brasil: História e Memória**

De acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA (2018) “o assentamento rural é um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas pelo INCRA onde originalmente existia um imóvel rural que

pertencia a um único proprietário”, no qual o trabalhador rural deve morar e explorar a mão-de-obra familiar de subsistências e são acompanhados por este instituto até possuírem a escritura definitiva da terra. No Brasil, existe um Programa Nacional de Reforma Agrária onde através da coleta e regularização de leis se estabelece critérios para a desapropriação de terras e quem pode ser beneficiário.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento – MDS o Plano Nacional de Desenvolvimento de Reforma Agrária “busca melhorar a distribuição da terra, para atender os princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção. Entre as famílias que pleiteiam terra, aquelas que estão no Cadastro Único e possuem renda familiar de até três salários mínimos mensais recebem pontuação adicional no processo de seleção para serem assentadas”.

### **1.3 A chegada do MST ao Piauí: assentamentos, espaços de vida e esperança**

Os movimentos sociais foram duramente reprimidos no período da ditadura militar. A luta pela terra, pela melhor distribuição e ocupação da mesma é uma luta social desde sempre no Brasil. Durante o processo de abertura política, quando a luta pelos direitos se reascendeu vividamente e tão logo o MST surge como um representante de um ideal coletivo, de uma classe que teve seus direitos historicamente cessados, ele se espalha pelo país chegando rapidamente ao Piauí. Posseiros e sesmeiros piauienses entram em conflito com os grandes fazendeiros criadores de gado desde o processo de colonização.

No Piauí, por exemplo, quando essas ideias de movimento social chegam, desperta interesse de muitos agricultores que não tem terra para cultivar ou mesmo morar. Dando esperanças a tantos trabalhadores que almejam por um pedaço de terra para a subsistência e dignidade. Como diz Lima (2017)

O movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terras-MST surge nesse contexto e constitui-se a partir destas marcantes histórias de vidas já explicitadas. Sua construção inicia-se pelo sul do país. Rapidamente se espalha para as demais regiões, não demorando a chegar ao Piauí. Assim, surge o MST, da força e da dor, da esperança e dos sonhos, de milhões de homens e mulheres, de crianças e velhos, sozinhos ou em parceria com a família. Todas elas tinham perdido muitas coisas ao longo de suas vidas, algumas perderam praticamente tudo sob o fardo das botas que governavam o país. (LIMA, 2017, p.64).

Os sonhos individuais tornam-se coletivos. No Piauí o MST contou com apoio de militantes maranhenses, representantes paranaenses e com a Comissão Pastoral da Terra – CPT para a sua implantação. Assim, trabalhadores rurais do norte e sul do estado se reuniram com agentes da pastoral no Piauí para articular encontros e reuniões. Lima (2017) diz que padres, religiosos e leigos foram se envolvendo nesta caminhada, tornando possível a concretização dos anseios e lutas dos trabalhadores rurais pela terra.

Quanto ao processo de ocupação de terras, no período de 1995/99, observa-se cerca de 1860 ocupações, de que participaram 266.467 famílias. Ele foi mais intenso no Nordeste, que contribuiu para 40,70% do total nacional (ANDRADE, 2002, p.21). A história do MST no Piauí está ligada às memórias dos trabalhadores e trabalhadoras que vivem no campo.

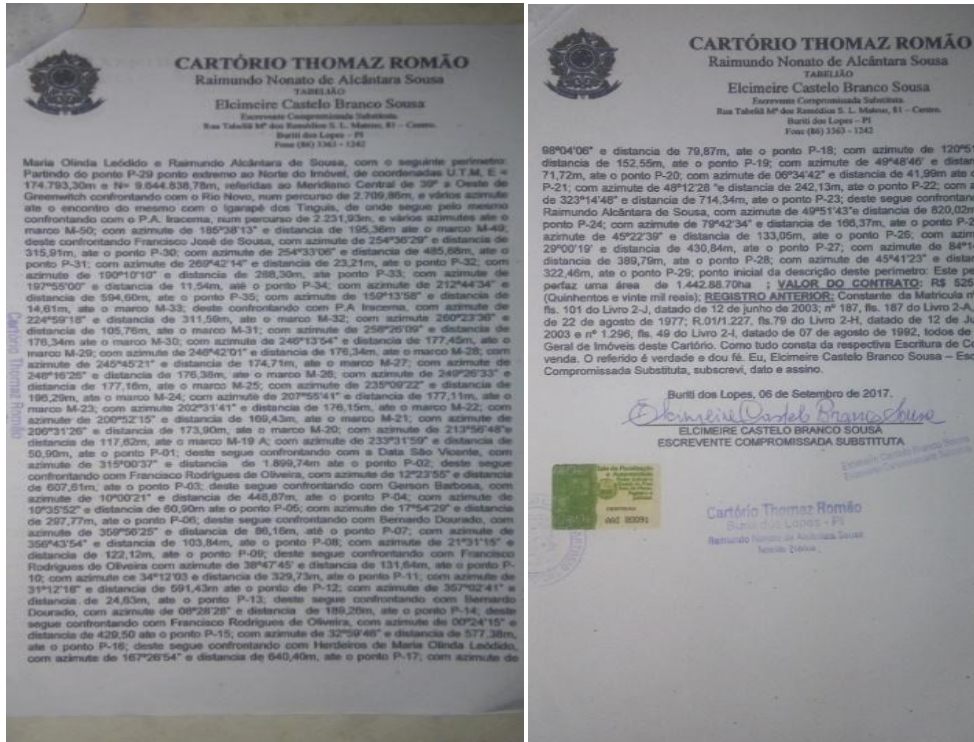
Essa expansão do MST no Piauí chega à região Tinguis, em Buriti dos Lopes-PI se deu no ano de 2001, com sua caravana, conhecendo a região seus ideais se fundiram às histórias de vida dos moradores, onde muitos viviam de favor na terra de seus proprietários, trabalhando para o seu empregador em regime feudal, isto é, trabalha para o dono da terra, tendo como pagamento uma pequena parte da colheita para subsistência das famílias.

Segundo relatos, moradores das comunidades próximas como, Coroa de São Remígio, em Buriti Dos Lopes, PI se engajaram nesse movimento. E ainda em 2001 construíram a associação dos moradores por meio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município. Fizeram o cadastro das famílias, levantando a bandeira do MST no local, onde se dava as reuniões dos sócios. Desde então famílias inteiras declaram-se firmes nesse movimento ativo social



**Imagem 1:** Assentamento Josué de Castro, popularmente chamado de Tinguis.  
**Fonte:** Acervo do autor, 2018.

O Imóvel rural denominado “TINGUINS”, possui uma área total de 1.422.88.70 hectares. Dividido entre: Mariana José de Sousa, João da Cruz de Sousa, Flávio José de Sousa, Maria do Rosário de Fátima de Sousa Mendes, Maria do Socorro de Sousa Araújo, e Paulo José de Sousa.



**Imagem 2:** Registros de terras do Imóvel Rural “Tinguis”.  
**Fonte:** Acervo do autor, 2018.

Tornando oficial por meio do INCRA a posse da terra aos agora assentados, no então, denominado Assentamento Josué de Castro. Em homenagem a um militante do MST. A conquista do assentamento foi um processo lento, pois houve resistências tanto por parte do antigo proprietário em ceder a terra, quanto por parte dos assentados em lutar pela sua posse. Essa experiência vivenciada ganhará foco no terceiro capítulo.

## CAPÍTULO II

### 2 HISTÓRIA E MEMÓRIA: CONSTRUINDO CONCEITOS

Trabalharemos um conceito de memória que difere do conceito geral que está associado à lembrança. Explicaremos também que existe diferença entre História e memória. A História tem uma função de análise crítica de teorias e fontes de passado e presente. A memória é uma fonte histórica individual ou coletiva que pode ser refutada pela História. Ela é uma reconstrução que esconde ou rememora o passado, tornando-se um discurso. Enquanto a História tem um respaldo metodológico a memória é um discurso do passado. Segundo Rousso (1998)

Seu atributo mais imediato é garantir a continuidade do tempo e permitir resistir à alteridade, ao 'tempo que muda', as rupturas que são o destino de toda vida humana; em suma, ela constitui – eis uma banalidade – um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros (ROUSSO, 1998, p.94-95).

A memória é uma fonte, mas não é a História em si. A memória representa discursos identitários individuais ou coletivos independente de terem sido ou não desconstruído pela História. A memória não precisa ser vivenciada pelo indivíduo para que aja identificação. Mas, a memória coletiva e compartilhada personifica identidades. Para Pollak (1989) pertencemos a memórias coletivas concretizadas em vivências ou lugares de vivências como:

O patrimônio arquitetônico e seu estilo, que nos acompanham por toda a nossa vida, as paisagens, as datas e personagens históricas de cuja importância somos incessantemente lembrados, as tradições e costumes, certas regras de interação, o folclore e a música, e, por que não, as tradições culinárias. (POLLAK, 1989, p.3).

É a relação entre história e memória uma interação gera sensação de pertencimento e permanência de indivíduos a determinados grupos. Gerando, portanto, uma continuidade temporal. Dando sentido ao passado. A memória sofre influências do presente sobre o passado. Essa vulnerabilidade faz com que os discursos dominantes de memória se adequem a estrutura de grupo que está no poder. Conforme Halbwachs (1990)

A história não é todo o passado, mas também não é tudo aquilo que resta do passado. Ou, se o quisermos, ao lado de uma história escrita, há uma história viva que se perpetua ou se renova através do tempo e onde é possível encontrar um grande número dessas correntes antigas que haviam desaparecido somente na aparência. Se não fosse assim, teríamos nós o direito de falar em memória, e que serviço poderiam nos prestar quadros que subsistiriam apenas em estado de informações históricas, impessoais e despojadas? Os grupos, no seio dos quais outrora se elaboraram concepções e um espírito que reinara algum tempo sobre toda sociedade, recuam logo e deixam lugar para outros, que seguram, por sua vez, durante certo período, o cetro dos costumes e que modificam a opinião segundo novos modelos. (HALBWACHS, 1990, p. 45).

Halbwachs foi um dos primeiros a estudar conceitos de memória que construiu o conceito de memória coletiva. Para ele o marco da memória coletiva influencia até mesmo nos momentos individuais. O ponto de contato entre memória coletiva e memória individual formaria uma seleção que seriam uma coesão entre ambas, formando memórias com uma base comum excluindo ou incluindo discursos. A memória se constrói socialmente, e oralidade tem bastante influência nessa construção.

Ampliando estas ideias básicas, é importante precisar que uso de fontes orais permite incorporar indivíduos ou coletividades até agora marginalizados ou pouco representados nos documentos arquivísticos, mas também facilita o estudo de atos e situações que a racionalidade de um momento histórico concreto impede que apareçam nos documentos escritos. Assim, portanto, as fontes orais possibilitam incorporar não apenas indivíduos à construção do discurso do historiador, mas no permite conhecer e compreender situações insuficientemente estudadas até agora. (GARRIDO, 1993, p. 36).

Tornando as fontes orais importantes elementos na construção de enredos que envolvem micro histórias. Onde recortes de uma história individual fazem parte de uma História maior ainda não contada. Interiorizada e esquecida e possivelmente marginalizada pela própria História.

## **2.1 História, memória e oralidade**

A formação da identidade perpassa aquilo que incorporamos ao longo da vida. Fatos históricos têm importância e impacto sobre a construção das sociedades. A memória adentra a história cultural e passa a ser legitimada como representação. Para Halbwachs (1990)

Não é na história aprendida, é na história vivida que se apoia nossa memória. Por história é preciso entender então não uma sucessão cronológica de acontecimentos e de datas, mas tudo aquilo que faz com que um período se distingue dos outros, e cujos livros e narrativas não nos apresentam em geral senão um quadro bem esquemático e incompleto. (HALBWACHS, 1990, p. 41).

Podemos a partir daqui associar aos conceitos de História e memória, a História Oral. A História Oral é uma metodologia da história do tempo atual. A História Oral democratizou a História que antes sustentava sua escrita apenas com artefatos concretos. Sua metodologia considera a memória e resgata o patrimônio (espaços, lugares, costumes e tradições). Para Pierre Nora (1993)

A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada este momento particular da nossa história. Momentos de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação. (NORA, 1993, p. 109).

A História Oral lida com pessoas e emoções durante seus relatos. A manifestação da subjetividade, visto que aquele que narra é também aquele que viveu a História. Seja a história de um grupo (como os assentamentos) como a história de vida de um indivíduo e suas relações sociais. Através do método da história oral a memória ressignifica a história do patrimônio. De acordo com a afirmação de Santos (2015)

O respeito pelo os espaços de memória vem fortalecer a identidade local privilegiando aquilo que em um dado momento da história teve a sua grande importância, manutenção do patrimônio deve ser uma ação educativa que servirá para as gerações futuras. Os valores e os significados darão as futuras gerações um sentimento de pertencimento ainda que através dos “velhos”, digo os que por ali passaram e deixaram suas marcas suas memórias, quer seja na perspectiva individual ou coletiva. (SANTOS, 2015, p. 4).

A História tem um compromisso crítico com a análise das memórias levantadas através da História Oral. O mundo atual, dinâmico como é, não permite mais que apenas a História Tradicional tenha espaço na demarcação dos eventos históricos. Dando abertura para a análise das subjetividades. A possibilidade de captar múltiplos discursos e a cultura imaterial. Segundo Alberti (1989)



[...] um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica,...) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, etc. (ALBERTI, 1989, p. 52).

A História contemporânea tem cada vez mais se utilizado desse recurso para se aproximar do seu objeto de estudo contextualizando a sociedade a partir do entendimento dos indivíduos. A memória coletiva permanece viva nos relatos individuais que permanecem com pontos comuns por meio da imposição moral. Como afirma Lowenthal (1981)

Toda consciência do passado está fundada na memória. Através das lembranças recuperamos consciência dos acontecimentos anteriores, distinguimos ontem de hoje, e confirmamos que já vivemos um passado. (Lowenthal, 1981, p. 75).

As ideias e impressões que constroem uma história também passa pela memória. Até mesmo aquilo que não é dito tem a sua importância, pois direciona a escrita para este ou aquele lado do discurso. A memória resgata aquilo que traz marcas significativas no sujeito. A função do que não é dito também é de validar a sentença do discurso.

## **2.2 A história e o discurso**

Trabalhar com discursos em História implica em ideologias. Ideologias que pertencem a subjetividades. Em busca da concretização de suas ideologias o homem transforma o meio ao seu redor. Onde várias narrativas constituem juntas uma história. A perspectiva de quem narra o discurso se constrói a partir de qual posição ele vivenciou o fato. Diferentes relatos surgem para um mesmo objeto.

Um conjunto de regras anônimas, históricas sempre determinadas no tempo espaço, que definiram em uma dada época, e para uma área social, econômica, geográfica, ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa. (FOUCAULT, 1907, p. 43).

O discurso assim como a memória inclui o que se tem como verdade. Ou seja, esse discurso possui um controle ou um reajuste no que é dito. O discurso detém o poder. Por isso apenas os discursos dominantes são considerados. Dessa

forma, alguns discursos podem ser incluídos ou excluídos. Algumas coisas são menos aceitas, portanto marginalizadas.

A associação do poder ao discurso é o que o torna desejável. Todavia em todos os discursos são desejáveis por consequência, aceitáveis. A forma como a pessoas reproduzem os discursos está permeado de transformações e reproduções do meio. Traz um encargo de complexidade e também é um princípio de exclusão.

## CAPÍTULO III

### 3. ASSENTAMENTO JOSUÉ DE CASTRO: RELATOS ORAIS DE UMA MEMÓRIA VIVA

Nos fundamentamos no histórico da questão agrária no Brasil e na importância da oralidade e da memória para a produção da história do assentamento Josué de Castro, visto que os sujeitos sociais necessitam de uma noção de pertencimento, ideário construído através do remodelamento do passado seja por meio das memórias, da oralidade, de documentos ou patrimônios. A história agrária também abarca relações sociais.

O assentamento Josué de Castro situa-se em Buriti dos Lopes-PI, localizado a 41 km da sede. Nele contamos com 100 casas, atualmente possui 94 famílias e conta com duas escolas. Uma da rede estadual na qual possui Ensino Médio e outra da rede municipal que atende o Ensino Fundamental até os anos finais. A localidade já possui posto de saúde, praça e vem se desenvolvendo ao longo dos anos após a concretização da posse da terra pelos assentados. As conquistas sociais misturam à lutas individuais de seus moradores, onde a história e memória tomam vida nos discursos.

#### 4.1 Quem foi Josué de Castro

Josué Apolônio de Castro tem suas origens na zona rural de Recife, fez medicina e dedicou-se intensamente aos estudos desde a adolescência, além de escrever para jornais e revistas. Desenvolveu projetos de estudos e humanitários durante a vida. Dedicou-se a estudos e projetos sobre o problema da nutrição no Brasil. Escreveu várias obras, algumas delas dedicadas ao estudo e fazendo um levantamento sobre os índices da fome no Brasil tais como: O Problema Fisiológico da Alimentação no Brasil, 1932; O Problema da Alimentação no Brasil, 1933. Condições de Vida das Classes Operárias do Recife, 1935; Alimentação e Raça, 1935, que foram suas primeiras obras.

Depois de diplomado, a vida de Josué de Castro passa a ser marcada por uma intensa atividade intelectual: clinicando, ensinando, escrevendo livros, coordenando pesquisas, dirigindo entidades públicas, viajando pelo Brasil e

para diversos países, vendo suas obras serem publicadas e traduzidas, recebendo reconhecimento internacional, homenagens e prêmios. Em todas essas suas frentes de atuação, sempre estiveram presentes uma ampla pluralidade de conhecimentos e o relacionamento das pesquisas científicas na área da nutrição com as questões econômicas e sociais, a visão internacional dos problemas, o sentido profundamente humanista e a dimensão ecológica. (MELO e NEVES, 2007, p. 36).

Foi eleito deputado federal duas vezes, através do qual se dedicou entre outras coisas ao projeto agrário. Defensor de causas sociais baseava-se em seus estudos sobre a realidade histórica brasileira. Debateu questões sobre a terra, latifúndios e minifúndios, desapropriação e agricultura de subsistências. Após a ditadura militar teve seus direitos políticos suspensos.

## **4.2 Assentamento Josué de Castro lugar de memória através de fontes orais**

Os assentamentos rurais são lugares de identidade para pessoas que tem histórico de luta pela terra. Lugar onde predomina práticas econômicas e culturais. A terra anteriormente conhecida como Tinguís, hoje constrói a sua história a partir da memória dos assentados. Suas identidades serão preservadas sendo atribuídos a eles pseudônimos. Nos deleitaremos com a história da conquista e posse da terra por meio daqueles que participaram ativamente do movimento.

Questionamos sobre a participação direta dos mesmos durante o processo de conquista da terra, como se deu o processo de luta, conquista e posse. A memória viva dos ideais de luta e conquista, misturam-se com as histórias de vida marcadas por luta pela posse da terra. Muitos nomes se perdem, a contagem é inexata, não há num primeiro momento uma preocupação de registros documentais por isso o ponto em comum entre os discursos de memória individual. Vamos observar o discurso da memória individual de como nasceu o assentamento Josué de Castro.

### **4.2.1 Relato de Luís**

Luís é assentado e participou ativamente do movimento durante todo o processo de luta e conquista da terra. Seu discurso relata uma mesclagem entre memória individual e coletiva:

*Participei desde o início da luta de conquista pela terra, participei de reuniões e me juntando com outros. Na época não tinha muito conhecimento, sobrevivia de*

*acordo com a misericórdia de Deus, e a ideia surgiu a partir das reuniões no sindicato, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Muitos foram expulsos da terra, então iniciamos a luta com poucas pessoas. Nossa luta não foi fácil, iniciamos o diálogo durante as reuniões e decidimos ocupar a terra. Obtivemos apoio da movimentos sociais, em 2001.*

*Não tivemos apoio político no município, mas da igreja, que nos ajudou muito com cestas básicas. Fora do município obtivemos apoio da política Flora Izabel, que através de seu pai ex-comandante da polícia militar intercedeu para que a polícia não nos expulsasse da terra ocupada. Enfrentamos muita resistência do proprietário da terra. Nós apenas ocupávamos um lugar para dormir, não tínhamos direito a plantar para sobreviver na época que trabalhávamos como empregados éramos tratados como animais. Plantávamos em um terreno de outro proprietário a 3 km daqui.*

*O que plantávamos era do dono das terras, tudo era tirado de nós e ficávamos apenas com a coceira<sup>1</sup>, os que foram expulsos daqui tiveram suas casas queimadas. Após a ocupação chegaram mais famílias de regiões vizinhas a Buriti dos Lopes. Hoje somos 94 famílias. Vivemos da agricultura, mas a principal é o arroz. Vieram pessoas de outras cidades para nos ajudar na conquista da terra. Além do sindicato, o MST (Movimento Sem Terra) e a FETAG (Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares).*

*Nossa luta pela terra durou quase 2 anos. Recebemos a emissão da posse da terra em 24 de dezembro de 2002. Foi nosso natal! Hoje temos muitas conquistas, escolas, os moradores estudam. Escolhemos outro nome para o assentamento, porque Tinguís nos lembrava de sofrimento. O nome Josué de Castro é símbolo de luta, mas nos dias de hoje não aceitaríamos mais mudar o nome. Pois o sofrimento faz parte da nossa história. Na época não tivemos apoio total do INCRA para tomar posse da terra. Foi outra luta e outra conquista para que órgão reconhecesse nossa posse sobre a terra. (Luís, 2018, entrevistado).*

O discurso de Luís é marcado pelo histórico de luta pela terra, como também pela qualidade de vida. Mais do que uma luta pela propriedade, é uma luta pela dignidade de vida. Em meio a escassez dos direitos trabalhistas uma causa

---

<sup>1</sup>Termo utilizado pelo proprietário da terra, quando a produção de subsistência dos trabalhadores rurais era retirada dos mesmos como forma de pagamento pela permissão de moradia na propriedade.

individual tornou-se então em luta coletiva. A reinterpretação do vivido na luta pela torna-se história por meio da memória. A ressignificação do passado também acontece quando ele relata que o nome anterior Tinguis antes associado ao sofrimento hoje tem uma nova ideologia que representa a luta e a vitória pela terra. Para Poulet (1992)

Graças à memória, o tempo não está perdido, e se não está perdido, também o espaço não está. Ao lado do tempo reencontrado está o espaço reencontrado ou para ser mais preciso, está um espaço, enfim reencontrado, um espaço que se encontra e se descobre em razão do movimento desencadeado pela lembrança. (Poulet, 1992, p. 54-5).

A história e a memória coletiva do assentamento Josué de Castro encontra-se além do que foi documentado na efetivação da posse da terra pelos assentados. Mas, torna-se história e memória e no reencontro dos discursos.

#### **4.2.2 Relato de Jorge**

Para Jorge, a conquista da terra é a concretização da democracia. Outro assentado que participou ativamente do processo de conquista da terra. Vejamos o relato de sua memória sobre como se deu essa conquista.

*A conquista começou de forma muito democrática, no início nos reunimos no sindicato dos trabalhadores. Lá concluímos que poderíamos ocupar a terra. Fomos então atrás do proprietário da terra, pois queríamos comprar de forma justa. Como ele não aceitou, nos reunimos novamente com a ideia de lutar pela terra. Recebemos bastante apoio do sindicato e do MST, os líderes políticos locais não tinham muito interesse com a nossa luta na época.*

*Fomos muitos maltratados, o que era plantado tínhamos de mais da metade para ele. Não participei da escolha do nome do assentamento, na época as pessoas queriam mudar então o grupo que veio nos apoiar sugeriu este nome. Mas, acho que deveria permanecer Tinguis, pois tem maior significado para mim. (Jorge, 2018, entrevistado).*

Apesar de aceitar fazer a entrevista percebemos a omissão de alguns detalhes da história, possivelmente por receio de repressão ainda nos dias atuais. A ideia de identidade encontra-se na representatividade do nome Tinguis. O homem

como sujeito do seu tempo provoca fatos e transformações construindo-as, destruindo-as ou reafirmando-as.

No ano de 2001 os trabalhadores rurais da fazenda Tinguís optaram pela mudança, assim como ocorreu em alguns momentos da história. Em que as condições de vida dos trabalhadores do campo fizeram com que nascesse o desejo de mudança. Como cita Araújo (1998)

Trata-se de imaginar a narrativa como esta linha que caminha para frente, mas que é capaz de aceitar reviravolta interrupções. Uma linha que pode se desdobrar em três, quatro, dez, quadros. Quadros com um desenvolvimento relativamente autônomo. Quadros que podem parar recuar em relação à linha fundamental, e que se relacionam entre si, formando uma espécie de teia, capaz de enredar a narrativa.  
(Araújo, 1998, p. 244).

A opressão vivenciada, a organização agrária imperfeita no nosso país faz despertar o ideal de luta pela terra. A consciência coletiva de buscar por melhores condições, a identificação com a terra com terra que nasceram, viveram foi decisivo. A vitória na luta pela terra vai mais além do que o apoio para grupos sociais, é a vitória de uma classe até então dominada.

Nas regiões e nos períodos em que a agropecuária foi (ou é) a principal atividade econômica, o controle da terra foi sinônimo de riqueza e de poder. Diversos estudos demonstram correlações entre os índices de concentração de renda e de propriedade da terra, refletindo no grau de participação na estrutura de poder dos diferentes segmentos da sociedade. (HOFFMAN apud SPAROVEK, 2007, p.7).

A posse da terra é utilizada como meio para estabelecer a submissão dos trabalhadores ao empregador. No Brasil temos exemplos históricos, já que a base econômica no país girou em torno da agricultura. E a posse da terra, as relações entre os senhores da terra e os trabalhadores do campo sempre geraram conflitos.

#### **4.2.3 Relato de Verônica**

Verônica, moradora do assentamento desde a época da fazenda Tinguís, na época agricultora, atualmente é professora. Participou ao lado de Jorge e Luís da luta pela posse da terra, ela diz que:

*Nós formamos um grupo de família, e nos juntamos com o sindicato dos trabalhadores rurais de Buriti dos Lopes. E fomos lá saber como se dava o andamento da ocupação. Resolvemos sentar e chegar ao entendimento que deveríamos sentar e ocupar. Passam quase dois anos na luta, o MST nos ajudou na organização. Pois sofríamos muito, não tínhamos escola, casas, o Sindicato, a Comissão Pastoral da Terra- CPT e outros assentados que nos ajudaram no nosso processo de conquista. Tivemos altos e baixos.*

*Não gosto muito de lembrar. Hoje não é muito organizado. Antes todos comíamos juntos, tudo era para todos. Hoje não! Mas, eu faria tudo novamente, o poder municipal não interveio. Apenas o governo estadual e federal, tínhamos o padre Ladislau que era ligado ao INCRA, e nos ajudou bastante na conquista.*

*Tínhamos um grito de guerra na época. Não me recordo no momento, qual era agora. Não podíamos dormir, pois além da polícia tinha os seguranças particulares. Fazíamos rodízio para vigília. Nossas crianças não podiam estudar, havia apenas uma professora que ensinava na casa dela, pois não podíamos construir. Nem tínhamos acesso a água, pois era cercado o pouco que era plantado tinha que ser dividido e a maioria ainda ficava devendo. Nós nascemos e crescemos nessa terra. Não tínhamos noção da riqueza que a terra tem.*

*O descaso conosco, em questão de saúde e sobrevivência nos fez lutar. Em 2001 fizemos a primeira ocupação. A maior parte das famílias nasceram aqui, mas logo se juntaram pessoas de outras localidades rurais e isso fez com que ganhássemos mais força. Eram 150 famílias inicialmente. Depois alguns foram embora, pois no início não tínhamos muita estrutura, água e luz. Como o nome Tinguís estava muito atribuído ao sofrimento, os líderes do MST, sugeriram o no Josué de Castro. Não temos ligação direta com a história dele, sabemos quem foi, mas para nós não tem muito significado. Como nossa vida toda foi de obediência acatamos a mudança sem questionar.*

*Nos últimos 10 anos obtivemos algumas conquistas. Escolas, por exemplo, onde as pessoas que moram aqui podem estudar na própria comunidade. O avanço de ter escola, praça, posto de saúde... No início não tínhamos abastecimento de água e luz, coletávamos na lagoa. Se quiséssemos beber tínhamos que comprar ou coletar a 26 km do assentamento no rio Parnaíba. Nossa principal fonte de renda é a agricultura, principalmente o arroz eu plantamos nas lagoas próximas e os campos*



*que foram feitos exclusivamente para o plantio. O INCRA ajudou na organização de projetos para desenvolver a economia e o trabalho na região.*

A história é repleta de processos revolucionários em busca de uma melhor distribuição de terra. De luta pelos direitos do exercício da cidadania por aqueles que trabalham nela. A reforma agrária sempre despertou várias discordâncias pelo mundo, em Roma Tibério Graco e Caio Graco chegaram a ser assassinados quando planejavam apresentar projetos voltados para a reforma agrária. Na França as péssimas condições de vida dos camponeses desencadeou uma revolução.

Na Rússia, camponeses foram mortos diante de um dos maiores conflitos da história, a Revolução Russa. Há sempre situações onde as mudanças sociais são fundamentais para que haja de uma forma ou de outra uma melhor distribuição de terras. Os assentados buscam a dignidade e a luta pela terra de forma coletiva. O Brasil ainda está longe de uma reforma agrária justa, de uma distribuição de terra igualitária. A falta de atendimentos às necessidades básicas dos trabalhadores chamou-os para luta pela terra. Para Sparovek (2003)

Os trabalhadores e suas famílias sempre tiveram uma posição de subordinação em relação aos donos das terras e através desses aos setores dominantes da sociedade. Ao assumir o controle de uma área de terra, iniciam um rápido e marcante processo de mudança de sua postura perante o mundo. Passam a sentir responsabilidade sobre seu destino, ao qual podem dar um sentido e uma diretriz. Superam a situação de permanente instabilidade e de conseqüente obediência aos proprietários dos meios de produção. Essa dependência, muitas vezes, extrapola a relação de trabalho, e acaba incluindo o acesso a serviços como saúde e educação. (SPAROVEK, 2003, 26).

A partir do momento que os trabalhadores passam a compreender a proporção dos seus direitos trabalhistas, sociais, educacionais, de saúde tornam-se protagonistas das suas histórias de vida. O próprio processo de coletivo de luta é responsável pela construção dessa autonomia. Nesses movimentos sociais a construção coletiva de autonomia e autoestima gera a expectativa de reverter a subordinação.

#### **4.2.4 Relato de Pedro**

O problema da má distribuição de terra é um problema público. Apesar disso os movimentos sociais beiram a marginalização e supressão dos direitos dos

trabalhadores rurais. E por fim, a desagregação de grupos após a acomodação pela conquista dos primeiros direitos bem como relata Pedro.

*Aqui era uma área particular. Éramos um grupo de famílias, vivíamos como agregados da fazenda e em certos momentos passávamos por humilhações. Diante disso procuramos o Sindicato dos trabalhadores de Buriti dos Lopes. Fomos a sede do MST em Teresina, lá relatamos a situação em que vivíamos.*

*E em 24 de maio de 2001 ocupamos a Fazenda Tinguís, como era conhecida na época. Foram feitas propostas de mediação, mas o proprietário não aceitou. Na época havia um grupo comandado pelo fazendeiro, éramos ameaçados. Alguns que participaram na época já morreram pessoas que nasceram e se criaram aqui. Das 150 famílias na época hoje vive quase 100 famílias. Vivemos do cultivo de arroz, mas outras pessoas já tem criação de gado.*

*Vivemos da pesca também. Estive presente nos momentos mais difíceis. A Comissão Pastoral da Terra, o Partido dos trabalhadores, o MST e o sindicato nos apoiaram nessa luta. Vieram pessoas de outros assentamentos para nos dar apoio. Fomos contemplados depois com projeto habitacional. Mudamos o nome porque o antigo nome Tinguís nos lembrava da escravidão o tempo que ficávamos apenas com a coceira. Por isso, foi sugerido Josué de Castro, pessoa que lutou arduamente na sua vida. Nossa comunidade é um exemplo, tem comunidades antigas que não tem as mesmas conquistas que nós obtivemos: escolas, posto de saúde... Hoje as pessoas estão diferentes. Só que hoje as pessoas estão diferentes. Não se sentem mais pertencentes ao MST. Apesar das conquistas muitas famílias se acomodaram, o assentamento está adormecido, não temos mais projetos liderados pelo MST.*

A organização do movimento social rural no Brasil historicamente teve menor visibilidade do que aqueles realizados em torno das cidades. Aqueles que conquistaram os assentamentos rurais os tornaram lugares cheios de expectativas positivas. O dinamismo das conquistas citado por quase todos os entrevistados resgatou a autoestima dos moradores. Tinguís ganhou um novo significado. Antes subordinação, fome e tristeza. Hoje bem, estar social dos seus moradores. O que mudou, talvez foi amadurecimento e cicatrização dos traumas desencadeados naqueles que nasceram, viveram e conquistaram a terra tão sonhada.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos da necessidade humana desde os primórdios da civilização da luta pela terra e pela sobrevivência. Bem como que as raízes da colonização de nosso país nos levaram a desigualdades sociais. Motivada por inúmeras questões entre as principais a econômicas que oportunizou a discriminação financeira, desigualdade de classes que se associa a questões de pertencimento. Bipolarizando as relações de trabalho entre dominantes e dominados.

No meio rural a desigualdade social também afeta na qualidade de vida da população. Os movimentos sociais surgem então com expectativas de estabelecer uma equidade na relação entre dominante e dominado na disputa pela posse da terra. Tornando-se significativo para aqueles que se fixam nela e institui com ela uma noção de pertencimento.

O MST passa então a regularizar esta luta. Com intenção de vencer a problemática que envolve a distribuição de terras. Os principais sujeitos dessa luta, agricultores, trabalhadores de fazendas que se sentiam na condição de escravização e tinham seus direitos cessados ganhavam força através da união de famílias e em torno da união delas buscavam um único ideal.

A questão agrária, evidentemente, não começa com o Movimento Sem Terra nem vai acabar quando ele cessar. Ela é essencialmente uma questão política. A questão agrária é características do mundo contemporâneo. Ela surge com o desenvolvimento do capitalismo. Pois ela sempre existiu.

As políticas públicas no Brasil em torno da reforma agrária ainda permitem dupla interpretação e na maior parte das vezes serviu apenas para acalmar os movimentos sociais que lutavam pela terra. O MST torna-se então, a identidade coletiva de uma classe, construídas através das ações coletivas do movimento socialmente organizado e capaz de lutar político-historicamente pelos direitos da mesma. O assentamento passa a ser, então, um espaço para as famílias camponesas viver, morar, estudar e garantir um futuro melhor à população. São conquistados direitos sociais que grande parte da população brasileira não tem acesso. E constituindo uma noção de identidade e pertencimento. A questão indenitária ganha força abrindo espaço para histórias e memórias individuais ou coletivas.

A subordinação do trabalhador rural causa muitas vezes o desrespeito dos direitos básicos, uma triste realidade brasileira. A então mobilização e organização deles em torno de melhorias que favoreçam a qualidade de vida dos mesmos é também um resgate da cidadania e da qualidade de vida. Nunca tivemos leis claras e fundamentadas que minimizasse a desigualdade social e efetivasse o direito do trabalhador. Somos um país de proporção continental em que as leis trabalhistas são burladas e a maioria dos trabalhadores rurais vivem e trabalham em regime de quase escravidão ou servidão feudal.

Não avançamos no cumprimento dos direitos legais das pessoas. Pois também não há uma fiscalização efetiva. A subordinação conseguida por meio da violência física e psicológica está presente na relação entre dominante e dominado. Vão além de diferenciar luta de classes. É sobre construção de mobilizações pela terra que carrega toda uma subjetividade para aquele que nela nasce, vive e planta.

Sendo assim, a história de um assentamento não se trata apenas da história de ocupação de terras. A própria reforma agrária, é mais que a legalização de uma distribuição igualitária de terras. A integração do sentimento de conquista é proferida em todos os discursos quando se fala em conquistas básicas como o direito a educação, e na própria comunidade. O direito básico a saúde e ao lazer. Há pontos de intercessão na memória individual de cada um: como a necessidade de mudança.

## REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- ANDRADE, Manuel Correia de. O Movimento dos Sem terra e sua significação. **Revista de Geografia da UFC**, ano 01, número 02, 2002.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. O MST e as reformas agrárias do Brasil. **OSAL**. 73. Ano IX Nº 24 - Outubro de 2008. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/OUTROS/04mancano.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2018.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. 50ª edição. Global Editora. 2005.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Assentamentos**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/assentamento>. Acesso em 12 de dezembro de 2018.
- LIMA, Marcos Fernandes. **O MST e a luta pela terra no Piauí : história e memórias familiares (1989-2014)**. São Luiz, 2017.
- LOWENTHAL, David. Como Conhecemos o Passado. **Projeto História (17)**. São Paulo: EDUC, 1981.
- MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA, 1979.
- MARX, Karl. **Vida e Pensamentos a Mudança Econômica é o Motor da História**. São Paulo: Martin Claret, 1997.
- MELO, Marcelo de; NEVES, Tereza Cristina Wanderley; (Orgs.). **Josué de Castro: perfis parlamentares**. Brasília: Câmara dos Deputados – Coordenação de publicações, 2007.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Programa Nacional de Reforma Agrária**. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico/o-que-e-e-para-que-serve/programa-nacional-de-reforma-agraria>. Acesso em 10 de outubro de 2018.
- NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Proj. História. São Paulo, nº 10, dez. 1993.
- PENNA, Camila; ROSA, Marcelo C. **Estado, Movimentos e Reformas Agrária no Brasil: Reflexões a partir do INCRA**. São Paulo: Lua Nova, 2015.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio

de Janeiro, v. 2, n.3. 1989. Disponível em:  
<[http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria\\_esquecimento\\_silencio.pdf](http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf)>. Acesso em: 24 jun. 2018.

POULET, G. **O Espaço Proustiano**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

RODRIGUES, José Honório. **Filosofia e História**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaína & FERREIRA Marieta. (Coords.). **Usos e abusos de história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 93-101.

SANTOS, Mariangela Santana Guimarães. MEMÓRIA E HISTÓRIA: contributos da história oral para a preservação da cultura. In: **XXVIII Simpósio Nacional de História** – Lugares dos Historiadores, Florianópolis, 2015.

SILVA, Márcio Antônio Both da. **Lei de Terras de 1850: lições sobre os efeitos e resultados de não se condenar “uma quinta parte da atual população agrícola”** Revista Brasileira: São Paulo, 2015.

SOUZA, DilenoDustan Lucas. Estado movimentos sociais e escola pública do campo. In: **VIII seminário do trabalho**, 2012, Marília. VIII seminário do trabalho. Marília: UNESP, 2012. v. 1.

SPAROVEK, Gerd. **A qualidade da reforma agrária brasileira**. São Paulo: Páginas e Letras, 2003